



CONCURSO PÚBLICO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA



EDITAL Nº01/2015 – CLT

MÉDICO REGULADOR CONCOMITANTE

NOME DO CANDIDATO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Você recebeu do fiscal este **CADERNO DE QUESTÕES** com as **30** (trinta) questões da prova objetiva numeradas sequencialmente e distribuídas sem falhas ou repetições.

MATÉRIA	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES/ESPECIFICIDADES REGIONAIS	11 a 15
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	16 a 30

Sobre a carteira, está disponível a **FOLHA DE RESPOSTA PERSONALIZADA** para transcrever as respostas da prova objetiva. Na Folha de Respostas, realize a conferência de seu nome completo, do número de seu documento e do número de sua inscrição. As divergências devem ser comunicadas ao fiscal para as devidas providências.

1. Este Caderno de Questões não deve ser folheado antes da autorização do Fiscal.
2. Observe se o **Cargo** especificado no Caderno de Questões é o correspondente ao cargo no qual você fez a inscrição. Caso não esteja correto, solicite a substituição para o Fiscal de sala, o qual deverá lhe fornecer o Caderno de Questões correto.
3. Após ser autorizado pelo Fiscal, verifique se o Caderno de Questões está completo, sem falhas de impressão, e se a numeração das questões está correta.
4. Utilize, obrigatoriamente, **Caneta Esferográfica Transparente**, com tinta de cor azul ou preta na marcação da Folha de Respostas.
5. Leia atentamente cada questão da prova e assinale na Folha de Respostas a opção que a responda corretamente.

Exemplo:

A	<input checked="" type="checkbox"/>	C	D
---	-------------------------------------	---	---

6. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou conter qualquer marcação fora dos campos destinados.
7. Você dispõe de **03 (três)** horas para fazer a prova, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Faça com tranquilidade, mas controle seu tempo.
8. Iniciada a prova, somente será permitido deixar definitivamente a sala após 60 (sessenta) minutos.
9. Após o término da prova, entregue ao Fiscal a **FOLHA DE RESPOSTAS** devidamente assinada.
10. Somente será permitido levar o **CADERNO DE QUESTÕES** se o candidato permanecer na sala até os últimos 30 (trinta) minutos que antecedem o encerramento da prova.
11. SERÁ ELIMINADO do Concurso Público o candidato que:
 - Deixar o local de realização da prova objetiva sem a devida autorização.
 - Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
 - Proceder de forma a tumultuar a realização da prova objetiva.
 - Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por quaisquer meios e usar de meios ilícitos para obter vantagens para si ou para outros.
 - For surpreendido portando ou manuseando aparelho eletrônico nas demais dependências do estabelecimento durante a realização da prova objetiva.
 - Caso qualquer equipamento venha a emitir ruídos sonoros, mesmos que devidamente acondicionado no envelope de guarda de pertences, durante a realização da prova.
12. Qualquer tentativa de fraude, se descoberta, implicará em imediata denúncia a Polícia Civil, que tomará as medidas cabíveis, inclusive com prisão em flagrante dos envolvidos.
13. Os **03 (três) últimos candidatos** só poderão sair da sala juntos, após o fechamento do envelope contendo a lista de presença, a ata e as Folhas de Respostas da sala. Esses candidatos deverão assinar o envelope de retorno de provas.
14. O candidato que terminar sua prova não poderá utilizar os banheiros destinados aos candidatos que ainda estiverem realizando.
15. **Está disponível na última folha do Caderno de Questões um gabarito para ser preenchido e destacado. Este pode ser levado pelo candidato.**

Os professores da rede municipal de São Paulo estão em greve há mais de um mês. E nesta terça-feira, dia 27, realizam mais uma manifestação, desta vez na Avenida Paulista. O blog pediu para que a professora Nelice Pompeu, há 13 anos na rede, escrevesse sobre os motivos da paralisação dos professores e demais profissionais da educação.

‘Professores em greve também educam’, defende professora da rede municipal de SP

A luta por um ensino público de qualidade sempre foi uma bandeira defendida por todos os partidos, principalmente nas épocas que antecedem as eleições. Nesses períodos, nós professores somos lembrados e admirados, com discursos de valorização e reconhecimento, mas que infelizmente não se concretizam, ficam só na promessa. Por isso, professores estão se organizando em movimentos, que avançam em todas as regiões do país, num só coro que clama pela EDUCAÇÃO. Para uns teóricos, que adoram dar “pitaco” no ensino público, sem ao menos conhecer a nossa realidade, pode parecer até discurso de vitimização. Mas como professora há 23 anos, garanto: a educação pede socorro e seus educadores também!

Os reflexos desse descaso estão bem evidentes. A sociedade inteira acaba sendo prejudicada. Lembrando que a escola pode ser pública, mas não é gratuita. Quando tentamos sair dessa invisibilidade, indo para as ruas como uma forma de educar e chamar a atenção, somos criticados numa visão limitrofe, como se estivéssemos lutando apenas por questões salariais. Nossa luta é muito mais ampla! Não fazemos greve para prejudicar os alunos nem as famílias. Greve é uma situação limite. Ela acontece quando todos nossos esforços de diálogos foram esgotados, sem resultado. É difícil para todos os lados.

Costumamos até ser bem tolerantes. Nossa criatividade e dedicação fazem com que superemos muitas dificuldades, porém chega um momento em que é importante mostrar a verdadeira face. Não aquela presente nas propagandas, onde tudo funciona maravilhosamente bem!

No ano passado, os Kits de materiais dos alunos da rede municipal de São Paulo foram entregues apenas em novembro. Quantas vezes eu e colegas tivemos que comprar material escolar com nosso próprio salário para dar continuidade ao trabalho e não prejudicar os alunos. Neste ano, o material encaminhado é totalmente inadequado para a Educação Infantil, no absurdo de enviarem até um caderno universitário pautado para crianças pequenas. Fora a redução dos itens que compõem o Kit. Nos Centros de Educação Infantil (CEIs), criaram “agrupamentos mistos”, com crianças de diferentes faixas etárias no mesmo grupo para atender a demanda por vaga em creche na cidade. As professoras também não têm direito a intervalo, como os demais profissionais.

Diante das dificuldades, fica inviável um trabalho pedagógico de qualidade, como nossos alunos merecem. Afinal, a escola não é um depósito de crianças. Precisamos de condições de trabalho como qualquer outro profissional para exercermos nossas funções. No ensino fundamental, as horas de estudo e preparação de aulas dos professores foram substituídas pelo Sistema de Gestão Pedagógica, que funciona como um diário eletrônico. Este aplicativo apresenta muitos problemas técnicos e estruturais, perdendo totalmente a sua função.

Em condições adversas, os professores continuam perdendo a saúde. As longas jornadas de trabalho e a problemática da violência nas escolas fazem com que os profissionais de educação adoeçam, e até agora nenhum programa da Prefeitura propôs acompanhar essa questão, buscando minimizá-la. Pelo contrário, são criados mecanismos para punir o absenteísmo, como o PDE, que ainda é chamado de “Prêmio por Desenvolvimento Educacional”. Por isso, a necessidade de lutar se fez necessária!

A revolta é tanta, que muitos colegas, chegaram ao cúmulo de expor seus holerites nas redes sociais, para que a população tenha acesso à verdade. Além disso, muitas das nossas reivindicações não envolvem impacto orçamentário, mas mesmo assim não há negociação, não há boa vontade do governo em querer negociar.

A situação de greve não nos agrada também. O período é de incertezas e medo. O governo atual do PT, partido que surgiu das greves, ao invés de negociar e dialogar com a categoria, utiliza de mecanismos intimidatórios. Muitos grevistas terão o ponto cortado, o que significa que ficarão sem salário neste mês. Do que adianta, nessas horas de impasse, o discurso que escola de qualidade se faz com profissionais não apenas bem remunerados, mas principalmente por profissionais motivados, seguros e com uma estrutura que lhes possibilite transmitir o que lhes foi confiado, ir na contramão de certas atitudes? Nós profissionais da educação, mais do que ninguém, torcemos para que essa situação termine logo. Provavelmente as aulas perdidas serão repostas, e nenhum aluno será prejudicado. Estamos empenhados na luta por uma educação pública de qualidade, que forme cidadãos críticos e responsáveis. Para que isso aconteça, precisamos contar com o apoio e respeito de todos.

Nelice Pompeu tem 41 anos. É professora há 23 anos, já foi da rede estadual e há 13 anos é docente na Prefeitura. Atua na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental.

Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/blogs>

Questão 01

Em relação ao texto, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Os professores da rede municipal de São Paulo estão em greve há mais de um mês.
- (B) Nelice Pompeu é autora do texto e é professora há 23 anos.
- (C) O texto é todo escrito em primeira pessoa do plural, mas em alguns momentos, a autora insere comentários em primeira pessoa do singular, como em: “Mas como professora há 23 anos, garanto: a educação pede socorro e seus educadores também!”
- (D) Não se trata, em hipótese alguma, de um texto opinativo, apenas de um desabafo informal de uma professora revoltada com a educação.

Questão 02

Releia: “Para uns teóricos, que adoram dar “pitaco” no ensino público, sem ao menos conhecer a nossa realidade, pode parecer até discurso de vitimização”. A expressão em destaque NÃO significa:

- (A) Sugestão, conselho.
- (B) Ajuda, respaldo.

- (C) Opinião.
(D) Palpite.

Questão 03

Na frase: “Lembrando que a escola pode ser pública, mas não é gratuita”, a conjunção “mas” estabelece relação de:

- (A) Adição.
(B) Concordância.
(C) Oposição.
(D) Concessão.

Questão 04

Neste segmento: “Ela acontece quando todos nossos esforços de diálogos foram esgotados, sem resultado”, o pronome pessoal em destaque faz referência a quê/quem?

- (A) Greve.
(B) Professora.
(C) Educação.
(D) Luta.

Questão 05

Na frase: “As professoras também não têm direito a intervalo, como os demais profissionais”, o verbo “ter” garante a concordância:

- (A) Verbal.
(B) Verbo-nominal.
(C) Nominal.
(D) Não há concordância nessa frase.

Questão 06

Observe o segmento em destaque nesta oração: “As longas jornadas de trabalho e a problemática da violência nas escolas fazem com que os profissionais de educação adoecem, e até agora nenhum programa da Prefeitura propôs acompanhar essa questão, buscando minimizá-la”. Trata-se de sujeito:

- (A) Simples.
(B) Composto.
(C) Oculto.
(D) Inexistente.

Questão 07

Na oração: “A situação de greve não nos agrada também”, o pronome pessoal oblíquo funciona como objeto:

- (A) Direto.
(B) Direto e Indireto.
(C) Indireto.
(D) Não funciona como objeto. Trata-se do sujeito da oração.

Questão 08

Leia as palavras, a seguir, retiradas do texto, e indique (EV) para Encontro Vocálico e (EC) para Encontro Consonantal (em destaque a silabar-referência para responder a questão):

- () Novembro.
() Entregues.

- () Inadequado.
() Salário.
() Direito.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

- (A) EV – EC – EV – EV – EV.
(B) EC – EV – EV – EC – EC.
(C) EC – EV – EV – EC – EV.
(D) EC – EC – EV – EV – EV.

Leia o texto de Rubem Alves e, a seguir, responda as questões 09 e 10:

Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.

Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de ser pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo.

Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.

Disponível em: <http://pensador.uol.com.br>

Questão 09

Ao afirmar que “há escolas que são gaiolas” e “há escolas que são asas”, Rubem Alves está utilizando qual figura de linguagem?

- (A) Anáfora.
(B) Eufemismo.
(C) Metáfora.
(D) Aliteração.

Questão 10

De acordo com o texto, ser escola “asa” significa:

- (A) Construir possibilidades para que os alunos-pássaros possam construir o conhecimento (encorajá-los).
(B) Evitar que alunos-pássaros lancem voos altos, isto é, ultrapassem os limites do conhecimento.
(C) Apoiar os alunos-pássaros que não querem estudar, dando-lhes opção para voar em outras fontes de conhecimento.
(D) Não permitir que alunos-pássaros voem alto, caso contrário, eles superarão seus mestres.

**CONHECIMENTOS GERAIS/ATUALIDADES/
ESPECIFICIDADES REGIONAIS**

Questão 11

Em recentes trabalhos realizados pela UFPR, nas áreas rurais do litoral do Paraná, os moradores da Comunidade São Joãozinho apontaram suas necessidades imediatas para melhoria de sua qualidade vida. Quais ações são imediatas para atender as necessidades dessas populações?

- (A) Segurança de suas residências, evitando a entrada de bichos, curso de alfabetização para adultos,

retorno na comunidade à liberdade sobre o uso do espaço, sem a necessidade de demarcação de áreas individuais, acesso à organização social e acesso à saúde bucal de seus filhos.

- (B) São Joãozinho não é comunidade rural do Litoral do Paraná, é uma área urbana do município de Matinhos.
- (C) Os moradores rurais do litoral do Paraná já são assistidos pelos convênios com o Governo Federal e o Ministério da Saúde, por meio da FUNASA, que atende em todos os itens a essas reivindicações dos moradores.
- (D) Por pertencerem à área do Parque Nacional de Superagui, a comunidade de São Joãozinho não pode interferir no manejo do parque procedendo a melhorias. Todos os serviços devem ocorrer fora das áreas da Unidade.

Questão 12

Antonina, Guaratuba, Guaqueçaba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná são respectivamente:

- (A) Áreas metropolitanas e serranas que abrigam atividades portuárias de importância econômica regional.
- (B) Polos regionais que abrigam as atividades pesqueiras e artesanais.
- (C) São os municípios que compõem os espaços geográficos pertencentes ao litoral do Paraná, possuem uma área física de 6.057 Km², entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar.
- (D) Áreas urbanas que, segundo dados censitários do IBGE e IPARDES, não são sedes de comarcas.

Questão 13

As unidades de conservação de uso sustentável admitem a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Quais são elas?

- (A) Parque Nacional e Estação Ecológica.
- (B) R.D.S. – Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Floresta Nacional.
- (C) APA – Área de Proteção Ambiental e Refúgio de Vida Silvestre e de Vida Marinha.
- (D) APA – Área de Proteção Ambiental, Rebio e Parque Nacional.

Questão 14

Com base nas informações contidas em relatórios IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os cadernos municipais do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e o Censo Agropecuário, qual das alternativas mais se assemelha às condições das áreas do Litoral Paranaense?

- (A) Morretes, Caiobá, Antonina e Guaqueçaba e Paranaguá são municípios voltados ao meio rural,

ou seja, a maioria da população vive em áreas rurais e depende exclusivamente das atividades agropecuárias. Segundo a base de dados censitária, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos nove municípios que compõem o litoral paranaense são os menores do Estado. Guaqueçaba, por sua vez, possui o menor IDH (0.659) estado do Paraná.

- (B) Somente Guaqueçaba é município voltado ao meio rural, ou seja, a maioria da população vive em áreas rurais e depende exclusivamente das atividades agropecuárias. Já Pontal do Paraná e Guaratuba apresentam-se como municípios com características urbanas. Segundo a base de dados censitária, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos sete municípios que compõem o litoral paranaense são os menores do Estado. Guaqueçaba, por sua vez, possui o menor IDH (0.659) e ocupa a 392^o posição no estado do Paraná, sendo que o Paraná é constituído por 412 municípios, o que quer dizer que está em nível de pobreza social.
- (C) Matinhos, Antonina e Guaqueçaba são municípios voltados ao meio rural, ou seja, a maioria da população vive em áreas rurais e depende exclusivamente das atividades agropecuárias. Já Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná apresentam-se como municípios com características urbanas. Segundo a base de dados censitária, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos sete municípios que compõem o litoral paranaense são os menores do Estado. Guaqueçaba, por sua vez, possui o menor IDH (0.659) e ocupa a 492^o posição no estado do Paraná, sendo que o Paraná é constituído por 399 municípios, o que quer dizer que está em nível de pobreza social.
- (D) Morretes, Antonina e Guaqueçaba são municípios voltados ao meio rural, ou seja, a maioria da população vive em áreas rurais e depende exclusivamente das atividades agropecuárias. Já Matinhos, Paranaguá, Pontal do Paraná e Guaratuba apresentam-se como municípios com características urbanas. Segundo a base de dados censitária, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos sete municípios que compõem o litoral paranaense são os menores do Estado. Guaqueçaba, por sua vez, possui o menor IDH (0.659) e ocupa a 392^o posição no estado do Paraná, sendo que o Paraná é constituído por 399 municípios, o que quer dizer que está em nível de pobreza social.

Questão 15

Sete (07) municípios que compõem o território de abrangência do SAMU 192 – regional litoral do estado do Paraná, com um total de 265.392 habitantes com sede em Paranaguá foram habilitados:

- (A) Pela portaria nº 1.621, de 26 de julho de 2012, do Ministério da Saúde.
- (B) Pela Central de Regulação das Urgências e as Unidades de Suporte Básico Portaria 32/2015 do Secretário de Saúde do Paraná.
- (C) Pelo Decreto Presidencial – Ministério da Saúde.
- (D) Central de Regulação das Urgências e as Unidades de Suporte Básico.

Questão 16

Considerado um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, segundo informações do Conselho Nacional de Saúde o Sistema Único de Saúde (SUS), mudando o conceito de atendimento como forma de efetivar o mandamento constitucional do direito à saúde como um “direito de todos” e “dever do Estado”. Qual Constituição Federal e artigo que instituíram o SUS?

- (A) Constituição Federal de 1988, artigo 196.
- (B) Constituição Federal de 1850, artigo 196.
- (C) Constituição Federal de 2012, artigo 2508/11.
- (D) Constituição Federal de 2000, artigo 182/12.

Questão 17

Podem ser considerados os Princípios constitucionais do SUS:

- (A) Universalidade/Integralidade.
- (B) Equidade.
- (C) Descentralização/Participação social.
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 18

Na avaliação multifatorial do grau de urgência, o grau de urgência é diretamente proporcional à gravidade, quanto à quantidade de recursos necessários para atender o caso, é perfeitamente possível quantificar a gravidade do caso pelo telefone, por meio de perguntas objetivas dirigidas diretamente ao paciente ou à pessoa que ligou solicitando ajuda, utilizando uma semiologia que será definida e abordada nos protocolos específicos. Sendo assim, existe uma classificação das urgências em níveis, realizada com o objetivo de facilitar o estabelecimento de prioridades entre os diferentes casos de urgência. Em vista disso, correlacione os níveis de urgência e emergência (1, 2, 3 e 4, a seguir) às definições que se aplicam a cada um deles (A, B, C e D, a seguir):

(Nível 1) (Nível 2) (Nível 3) (Nível 4)

- (A) Urgência de prioridade mínima.
- (B) Urgência de prioridade moderada.
- (C) Urgência de prioridade baixa.
- (D) Emergência ou Urgência de prioridade absoluta.

- (A) Nível 1 (A), Nível 2 (B), Nível 3 (C) e Nível 4 (D).
- (B) Nível 1 (D), Nível 2 (B), Nível 3 (C) e Nível 4 (A).
- (C) Nível 1 (C), Nível 2 (B), Nível 3 (D) e Nível 4 (A).
- (D) Nível 1 (B), Nível 2 (A), Nível 3 (C) e Nível 4 (D).

Questão 19

Você está de plantão como médico regulador de um serviço de urgência e emergência pré-hospitalar, quando recebe uma ligação de uma pessoa informando um grave acidente de trânsito. Quais as perguntas importantes que ajudarão o regulador a providenciar os melhores recursos para esse atendimento?

- (A) Tipo de acidente? (colisão, atropelamento, capotamento).
- (B) Existe vítima presa nas ferragens ou morta?

- (C) Vítima ejetada do veículo?
- (D) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 20

Ainda nesse atendimento, a pessoa que ligou identifica ser formada em técnica de enfermagem, relata que dois carros colidiram frontalmente, ninguém foi ejetado fora do veículo, não existem vítimas presas nas ferragens e todos os ocupantes já estão fora dos veículos, relata que existe um princípio de incêndio em um dos veículos, mas que os ocupantes já conseguiram sair, quando indagada sobre o número de vítimas e o estado delas, ela responde ao regulador. Com base nas descrições, a seguir, qual(is) vítima(s) mais grave(s) e que precisa(m) de socorro mais urgente?

- 1) A primeira vítima é uma jovem aparentemente grávida com um corte no rosto que está gritando muito.
- 2) Um homem de aproximadamente 35 anos com uma possível fratura no antebraço, diz-se advogado e está exigindo prioridade no socorro médico e ameaçando processar todo mundo.
- 3) Um homem de aproximadamente 45 anos que estava conduzindo um dos veículos, logo após descer ele relatou dificuldades para respirar e desmaiou não respondendo a estímulos, seu pulso é rápido e fraco, sua respiração ruidosa.
- 4) Uma senhora com muitas escoriações na face, ela está caminhando, desorientada e confusa, falando frases sem nexos, não aceitando ajuda dos populares.

É CORRETO afirmar que:

- (A) 1, 2 e 3 são corretas.
- (B) 1 e 3 são corretas.
- (C) 2 é correta.
- (D) Todas são corretas.

Questão 21

Durante o processo de regulação dos chamados telefônicos, cabe ao médico regulador identificar as situações que caracterizam a necessidade de encaminhar a Unidade de Suporte Avançado (USA), no local da ocorrência do agravo. São essas situações:

- 1- Paciente com grande área corporal queimada ou queimadura de vias aéreas.
- 2- Paciente com suspeita de Infarto Agudo do Miocárdio ou Acidente Vascular Cerebral.
- 3- Suspeita de parada cardiorrespiratória.
- 4- Ferimento por arma branca ou de fogo atingindo cabeça, pescoço, face, tórax, abdome, ou com sangramento importante.

É CORRETO afirmar que:

- (A) 1, 2 e 3 são corretas.
- (B) 1 e 3 são corretas.
- (C) 2 é correta.
- (D) Todas são corretas.

Questão 22

Durante o plantão, o médico regulador recebe diversas chamadas, cabe a ele avaliar e orientar a conduta da equipe, e disponibilizar os recursos necessários para cada caso. Segundo a normativa do Ministério da Saúde de 2006, quando o MR deve encaminhar a Unidade de Suporte Avançado ao invés da Unidade Básica?

- 1- Colisão de veículos com paciente preso em ferragens ou paciente ejetado do veículo.
- 2- Colisão de veículos com morte de um dos ocupantes.
- 3- Queda de altura de mais de cinco metros.
- 4- Pródromos de trabalho de parto.

É CORRETO afirmar que:

- (A) 1, 2 e 3 são corretas.
- (B) 1 e 3 são corretas.
- (C) 2 é correta.
- (D) Todas são corretas.

Questão 23

Segundo a Portaria nº 1.271 de 6 de julho de 2014, que define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, são agravos de notificação compulsória:

- 1- Varíola.
- 2- Acidente envolvendo automóvel e motocicletas.
- 3- Doença de Creutzfeldt-Jacob e outras Doenças Priônicas.
- 4- Acidente doméstico sem vítima fatal.

É CORRETO afirmar que:

- (A) 1, 2 e 3 são corretas.
- (B) 1 e 3 são corretas.
- (C) 2 é correta.
- (D) Todas são corretas.

Questão 24

Durante o Plantão, o médico regulador envia uma ambulância de suporte básico de vida, após a chegada da equipe ao local da ocorrência, a equipe que está no local do atendimento passa as informações da cena e quadro clínico dos pacientes. Em quais situações existe a necessidade de atendimento médico no local da ocorrência, tendo assim que encaminhar a unidade de suporte avançado?

- 1- Paciente com pressão sistólica abaixo de 100mmHg, com evidências de hipoperfusão periférica.
- 2- Paciente com frequência respiratória inferior a 10 ou superior a 40 movimentos por minuto ou dificuldade respiratória não controlada com manutenção de vias aéreas.
- 3- Escala de coma com resultado igual ou menor que 8.
- 4- Qualquer tipo de queimaduras com acometimento extenso da superfície corporal ou das vias aéreas.

É CORRETO afirmar que:

- (A) 1, 2 e 3 são corretas.
- (B) 1 e 3 são corretas.
- (C) 2 é correta.
- (D) Todas são corretas.

Questão 25

A Resolução CFM nº 2.110/2014, que normatiza fluxos e responsabilidades dos serviços pré-hospitalares móveis de urgência e emergência, dentre eles os SAMUs que atendem os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelece critérios que buscam trazer melhorias na assistência oferecida, beneficiando, sobretudo, os pacientes. Podemos entender como “destaques” dessa resolução, EXCETO:

- 1- Transporte de pacientes - Entre outros pontos, a Resolução 2.110/2014 destaca que os serviços pré-hospitalares móveis de urgência e emergência ligados ao SUS devem, obrigatoriamente, priorizar os atendimentos primários (em domicílio, ambiente público ou via pública) por ordem de complexidade e não a transferência de pacientes dentro da própria rede. Atendimento primário - O serviço pré-hospitalar móvel de urgência e emergência deve, obrigatoriamente, priorizar os atendimentos primários em domicílio, ambiente público ou via pública, por ordem de complexidade, e não a transferência de pacientes na rede.
- 2- Óbito – nunca em nenhuma hipótese o SAMU deve fornecer atestado ou declaração de óbito.
- 3- Serviço privado - A responsabilidade da transferência de pacientes na rede privada é de competência das instituições ou operadoras dos planos de saúde, devendo oferecer as condições ideais para a remoção.
- 4- Prerrogativa médica - Vaga zero é prerrogativa e responsabilidade exclusiva do médico regulador de urgências, e este é um recurso essencial para garantir acesso imediato aos pacientes com risco de morte ou sofrimento intenso, devendo ser considerada como situação de exceção e não uma prática cotidiana na atenção às urgências. É de responsabilidade do médico receptor da unidade de saúde que faz o primeiro atendimento a paciente grave na sala de reanimação liberar a ambulância e a equipe, juntamente com seus equipamentos, que não poderão ficar retidos em nenhuma hipótese.

É CORRETO afirmar que:

- (A) 1, 2 e 3 são corretas.
- (B) 1 e 3 são corretas.
- (C) 2 é correta.
- (D) Todas são corretas.

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. De acordo com a Lei 8.080, de 1990, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas não consiste em um dos objetivos do Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) Entende-se por saúde do trabalhador, para fins da Lei 8.080, de 1990, um conjunto de atividades que se destina, por meio das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho.
- (C) O princípio da universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência é um dos princípios que regem as ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados e conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).
- (D) Uma das competências da direção nacional do Sistema Único de Saúde é participar na formulação e na implementação das políticas de controle das agressões ao meio ambiente.

Considerando a necessidade de dar continuidade ao processo de descentralização e organização do Sistema Único de Saúde – SUS, fortalecido com a implementação da Norma Operacional Básica – SUS 01/96, de 05 de novembro de 1996, foi aprovada a Norma Operacional da Assistência a Saúde – NOAS-SUS 01/2002. De acordo com a NOAS-SUS 01/02, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Não cabe ao Ministério da Saúde a coordenação do processo de programação da assistência à saúde em âmbito nacional.
- (B) A garantia de acesso da população aos serviços não disponíveis em seu município de residência é de responsabilidade do gestor estadual, de forma solidária com os municípios de referência, observados os limites financeiros, devendo organizar o sistema de referência utilizando mecanismos e instrumentos necessários, compatíveis com a condição de gestão do município onde os serviços estiverem localizados.
- (C) Os municípios, que se habilitarem à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada, assumem as responsabilidades, cumprem os requisitos dispostos na NOAS-SUS 01/02, mas não gozam de quaisquer prerrogativas dípostas na NOAS-SUS 01/02.
- (D) A elaboração do Plano Estadual de Saúde, e do Plano Diretor de Regionalização, incluindo o Plano Diretor de Investimentos e Programação Pactuada e Integrada, é uma das responsabilidades assumidas pelo Município que se habilite à Gestão Plena da Atenção Básica Ampliada.

A respeito do Decreto 5.055, de 05 de abril de 2004, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Coube ao Decreto 5.055 instituir o Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) O Decreto 5.055 instituiu o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência – SAMU, em municípios e regiões do território nacional, visando a implementação de ações com maior grau de eficácia e efetividade na prestação de serviço de atendimento à saúde de caráter emergencial e urgente.
- (C) Os Municípios e regiões que decidam implantar o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência – SAMU não devem formular qualquer requerimento ao Ministério das Comunicações.
- (D) O Decreto 5.055 resulta do contínuo movimento de pactuação entre os três níveis de gestão, visando o aprimoramento do Sistema Único de Saúde, estabelecendo o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade.

Considerando a necessidade de definição, no setor saúde, de uma política decisiva no sentido da redução da morbimortalidade por Acidentes e Violências, foi publicada a Portaria 737/2001. A respeito desta Portaria, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A Política Nacional da Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências é norteada, dentre outros princípios, pelo seguinte princípio: a saúde constitui um direito humano fundamental e essencial para o desenvolvimento social e econômico.
- (B) Para a consecução do propósito da Política Nacional da Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, foi adotada como uma das diretrizes desta Política a assistência interdisciplinar e intersetorial às vítimas de acidentes e de violências, que orientará a implantação e a definição ou redefinição dos instrumentos operacionais que implementarão tal Política Nacional, representada por planos, programas, projetos e atividades.
- (C) Segundo a Portaria 737/2001, constitui atendimento pré-hospitalar o atendimento especializado oferecido a uma pessoa no local da ocorrência do evento, antes da chegada ao hospital.
- (D) Segundo a Portaria 737/2001, constitui suporte básico de vida a estrutura de apoio oferecido a pacientes em risco de morte, promovido por profissionais médicos, por intermédio de medidas não-invasivas ou invasivas (como, por exemplo, drenagem de tórax, acesso às vias aéreas, acesso venoso etc).

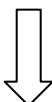
Sobre os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema, constitui um dos princípios obedecidos pelas ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).
- (B) As diretrizes do Sistema Único de Saúde estão dispostas no artigo 198 da Constituição Federal de 1988.
- (C) A participação da comunidade não consiste em um dos princípios obedecidos pelas ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).
- (D) A conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na

prestação de serviços de assistência à saúde da população é um dos princípios obedecidos pelas ações e serviços públicos de saúde e pelos serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS).

RASCUNHO

Destaque Aqui



GABARITO
CONCURSO PÚBLICO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ – CISLIPA
 Edital Nº 01/2015 <http://www.fundacaofafipa.org.br/concurso>

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30